

# Dinheiro.

**Revisão de 600 mil benefícios**

Liminar da Justiça envolve auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e pensões pelo INSS de 29 de novembro de 1999 a agosto de 2009.

EDITORA: ELAINE SILVA  
ecferreira@redgazeta.com.br  
Tel.: 3321.8327  
agazeta.com.br/dinheiro  
gazetadinheiro

## PACOTE OU EMBRULHINHO?

# INDÚSTRIA APELO ATENDIDO

## Empresas não vão pagar INSS Mais montadoras vão chegar Preço de bebidas vai subir



ABR

BRASÍLIA

« O governo anunciou ontem o tão esperado pacote de ajuda ao setor produtivo do Plano Brasil Maior, num incentivo que soma R\$ 60,4 bilhões, e deixou claro que há mais iniciativas a caminho. “O importante não são as medidas que já tomamos, mas as que ainda iremos tomar”, disse o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Entre as medidas, a presidente Dilma Rousseff anunciou a isenção da contribuição previdenciária para mais 11 setores – quatro já contavam com medida –; mais dinheiro e facilidades para exportar; redução de juros na com-

pra de caminhões e bens de capital; aumento de PIS e Cofins dos produtos importados; regras para o setor automotivo não ser afetado pela alta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) do ano passado.

Para compensar, disse que vai elevar tributos de indústrias como a de bebidas, onerando o consumidor nos preços de refrigerante e cerveja.

Entre os economistas e até mesmo entre as entidades que deveriam ser beneficiadas, o pacote definitivamente não impressionou. A avaliação é de que as medidas são pontuais e precisam ser reali-

### CONTRA

**PACOTE É PURA MAQUIAGEM**

**Fecomércio-SP**  
Em nota oficial

« Para a entidade, o pacote apenas maquia os problemas causados pelo tamanho do Estado e pelo peso da carga tributária. “As medidas não trarão vantagens, são uma junção de medidas pontuais que respondem à demanda e à pressão de um setor específico, o industrial”.

### A FAVOR

**CUSTO FICARÁ MAIS BARATO**

**Robson de Andrade**  
Presidente da CNI

« Andrade elogiou a iniciativa do governo de desonerar a mão de obra e de fortalecer as medidas de defesa comercial. “Reduzir o custo do financiamento e o juro foi muito importante, porque o que mais precisamos é a redução do custo de capital”, declarou.

zadas reformas estruturais que resolvam o problema do setor.

Embora façam avaliações diferentes sobre as medidas, eles apontam que é preciso uma política industrial que incentive a inovação e reformas que reduzam os custos da produção.

### PROTECIONISMO?

Dilma afirmou que seu governo não abandonará a indústria nacional e que agirá sempre que necessário para proteger os empresários do que voltou a chamar de “canibalização” do mercado brasileiro. Embora tenha prometido defender o mercado interno, Dilma afirmou que não o fará

às custas da redução dos direitos dos trabalhadores.

Os empresários consideraram o conjunto positivo, mas insuficiente. Para o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Luiz Aubert, por exemplo, as medidas não tocam nos dois maiores problemas: câmbio e juros.

Na opinião do presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, as iniciativas do governo ajudarão a melhorar o quadro. Ele estima que a indústria crescerá 3% este ano, ante uma taxa próxima a zero em 2011.

## O TAMANHO DO PACOTE



**1** AÇÕES SOBRE O CÂMBIO

O governo se comprometeu a seguir tomando medidas para conter a valorização do dólar, como as que já vêm sendo tomadas, com o aumento das reservas e da tributação, com aplicação de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre determinadas modalidades de capital externo



**2** MEDIDAS TRIBUTÁRIAS

Eliminação da contribuição previdenciária patronal de 20% sobre a folha de pagamento de empresas de mais 11 setores (4 setores já estavam sob esse regime), com compensação parcial por nova alíquota de 1% a 2,5% sobre o faturamento. A nova alíquota não incide sobre exportações

Aumento do PIS/Cofins sobre as importações correspondente à alíquota sobre o faturamento

Desoneração a pessoas físicas e jurídicas que patrocinarem entidades dedicadas a pesquisa e tratamento do câncer, dentro do programa nacional de atenção oncológica

Postergação, para o segundo semestre, do pagamento de PIS/Cofins para os cinco setores da indústria mais afetados pelo câmbio: autopeças, têxtil, confecção, calçados e móveis



**3** ESTÍMULO À PRODUÇÃO NACIONAL

Estabelece prioridade para aquisição de bens e serviços nacionais nas compras governamentais, com margem de preferência de até 25% sobre produtos importados

Isso significa, segundo o ministro Guido Mantega, que, se o produto nacional custar até 25% mais que o importado, a preferência será pelo nacional



**4** FINANCIAMENTO E REDUÇÃO DE CUSTOS PARA O COMÉRCIO EXTERIOR

Ampliação do programa de incentivo às exportações



Desburocratização de crédito para pequenos valores

PACOTE OU EMBRULHINHO?

CARLOS ALBERTO SILVA/ARQUIVO

# Novas medidas garantem montadoras no Estado



Carros hoje fabricados no exterior podem ter redução de preços com nacionalização da produção, um dos objetivos do governo com plano

**IPI reduzido é uma das principais condições de fábricas para confirmar unidades em Linhares**

ABDO FILHO  
afilho@redgazeta.com.br

Saíram ontem as regras do novo regime automotivo que irá vigorar entre 2013 e 2017. O modelo inclui condições diferenciadas para aquelas que já estão operando e para as que ainda irão se instalar no Brasil. Com ele, as montadoras asiáticas que já assinaram protocolos de intenções com o governo capixaba ficam mais próximas do Espírito Santo.

Segundo o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, porta-voz do governo no anúncio das novas regras, os objetivos são aumentar o conteúdo regional, que será medido pelo volume de aquisições de peças e insumos no país, o investimento

em pesquisa e desenvolvimento, os gastos com engenharia e tecnologia industrial básica, além da elevação da eficiência veicular.

As empresas poderão ter uma redução no IPI de 30 pontos percentuais – os mesmos que foram elevados em uma medida anterior – caso cumpram o acordado com o governo e, ainda, poderão conseguir um extra de dois pontos percentuais se alcançarem metas de pesquisa e desenvolvimento. Não haverá alteração do IPI este ano por-

## Regime prevê mais investimentos

« O regime automotivo prevê que a partir do ano que vem as empresas do setor invistam pelo menos 0,15% de sua receita operacional bruta em pesquisa e desenvolvimento. “Quem não co-

que o regime só valerá em janeiro de 2013.

### ESPÍRITO SANTO

As montadoras ainda não instaladas no Brasil terão que apresentar projetos de novos modelos e receberão um crédito tributário, que poderá ser de até 50% da capacidade de produção prevista no projeto.

Para Ricardo Strunz, diretor da CN Auto, empresa que pretende trazer as chinesas Hafei e Jinbei para Linhares, um investimento de R\$ 250 milhões, as novas

nhece o setor pode achar pouco, mas a maior parte das empresas investe menos do que isso. A média mundial é de 0,3%”, comparou Fernando Pimentel durante anúncio no Brasil Maior.

regras deixaram as montadoras sem saída. “Ficou evidente o avanço do protecionismo: ou montamos a unidade aqui ou estamos fora do mercado. Vamos mandar o novo regime aos sócios chineses para que a negociação seja concluída. Creio que até o final de maio tenhamos uma decisão”.

A unidade que a CN Auto pretende construir em Linhares terá capacidade para 30 mil carros por ano, com a geração de 2,5 mil empregos diretos.

Márcio Félix, secretário de Desenvolvimento do Estado, afirma que as montadoras ficaram mais próximas. “A expectativa era essa”.

A GAZETA tentou, mas não conseguiu retorno da Brasil Montadora, que tem acordo com a chinesa Changan e com a sul-coreana SsangYong, e que deve investir R\$ 300 milhões também em Linhares.

### ANÁLISE

#### “Foi bom, mas é preciso ir além”

« É um pacote pontual, que vai ajudar no curto prazo, mas a indústria precisa de mais. Queremos um pacote estrutural, com reformas profundas. Com a carga tributária que temos hoje, qualquer desoneração é bem-vinda, mas até quando vamos suportar? Precisamos de um Estado menor, que dê infraestrutura, educação, menos burocracia e que aplique melhor o dinheiro dos impostos. Algo está errado quando o PIB cresce 7,5% e a arrecadação 11,5%, caso do Brasil em 2010. Isso precisa mudar.

MANOEL PIMENTA  
VICE-PRESIDENTE DA FINDES

## Crédito de R\$ 150 bi no BNDES

BRASÍLIA

« O governo fará um aporte adicional de R\$ 45 bilhões no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ainda este ano. Com isso, a instituição terá condições de emprestar até R\$ 150 bilhões em 2012.

Os recursos novos darão suporte à quarta etapa do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), cuja vigência foi estendida até o final de 2013. O programa foi criado em 2009, para ajudar setores a enfrentar a crise financeira naquele período. O gasto adicional do governo com o subsídio às taxas de juros do PSI será de R\$ 6,5 bilhões.

“Os objetivos são reduzir custos e assegurar a agregação de valor no Brasil e aumentar o investimento e a inovação”, disse o presidente do BNDES, Luciano Coutinho.

Houve redução nas taxas de juros, aumento da parcela financiável, prazos mais longos e novos setores autorizados.

ABR/ARQUIVO



Coutinho detalhou metas da instituição



### DEFESA COMERCIAL

Ampliação da definição de “empresa preponderantemente exportadora”, que não paga impostos na compra de insumos. Hoje, é classificada assim a empresa que exporta pelo menos 60% de seus produtos. A mudança reduz o percentual para 50%

Criação da agência brasileira de garantias

Controles especiais no despacho de importações

Intensificação da fiscalização nos aeroportos



### INCENTIVO AO SETOR DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÕES

Desoneração de IPI e PIS/Cofins sobre os equipamentos nacionais e obras civis dos investimentos em infraestrutura de redes de telefonia e telecomunicações

Reedição do programa “Um Computador por Aluno”, para que vigore até 2015, suspendendo a cobrança de IPI, PIS/Pasep e Cide do fabricante de computadores portáteis, tanto na aquisição de produtos intermediários quanto na comercialização

Estímulo à produção de semicondutores, com desoneração de PIS/Cofins



### MEDIDAS CREDITÍCIAS

Extensão do Programa de Sustentação dos Investimentos (PSI), vigente desde 2009, com juros subsidiados pelo governo federal, de 2012 para o final de 2013

Redução de juros para compra de caminhões e bens de capital (máquinas)

Aumento do prazo para financiamento a exportações



### REGIME AUTOMOTIVO

Criação de novo regime automotivo, em vigor de 2013 a 2017, que define regras para que as empresas não sofram o aumento de 30 pontos percentuais na alíquota do IPI instituída no ano passado para carros importados de fora do Mercosul e do México

